

## **A IMPORTÂNCIA DO PIBID PARA A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Ana Beatriz Santos Diniz <sup>1</sup>  
Cinthia Magda Fernandes Ariosi <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) integra a Política Nacional de Formação de Professores e visa qualificar a formação docente por meio da inserção de licenciandos no cotidiano das escolas públicas de ensino básico. Durante o ano de 2023, no Campus de Presidente Prudente da Unesp, o programa enfatizou a educação especial, buscando superar a dicotomia entre atendimento individualizado e educação inclusiva. Essa abordagem é essencial para preparar professores frente aos desafios da inclusão escolar, capacitando-os a atuar com alunos com necessidades especiais. A metodologia adotada no projeto envolveu duas etapas: atendimento na escola e no campus da Unesp. Na escola, o foco era a inclusão, com observação do ambiente escolar, participação em conselhos de classe e desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas. No campus, o atendimento era individualizado, considerando as especificidades dos alunos. Dois casos foram destacados: uma aluna do ensino médio com um transtorno de aprendizagem sem diagnóstico, gerando dificuldades de alfabetização, e um aluno do ensino fundamental diagnosticado com TEA, TDAH e TOD, cujo trabalho explorou seu hiperfoco em meios de transporte para fomentar a alfabetização. O PIBID desempenha papel crucial na formação docente ao abordar lacunas curriculares, como a educação especial, e ao promover a valorização do professor como agente de transformação. A iniciativa também contribuiu para a emancipação social de estudantes com necessidades especiais, conforme defendido por Paulo Freire, ao ressignificar práticas pedagógicas e construir uma educação inclusiva. A experiência revela que a formação docente, aliada a metodologias integradoras, é determinante para a superação de modelos excludentes e para a construção de uma educação equitativa e significativa.

**Palavras-chave:** Pibid, Formação docente, Inclusão.

### **INTRODUÇÃO**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma das iniciativas que constituem a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por objetivo estimular a formação docente inserindo os discentes dos cursos de licenciatura no cotidiano das escolas públicas de ensino básico, a fim de proporcionar a melhoria de qualidade da educação pública brasileira e o aumento da qualidade de formação de professores no Brasil (BRASIL, 2023).

No Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) em 2023, o PIBID da licenciatura em pedagogia promoveu a possibilidade de o estudante entrar em contato direto com a educação especial. Essa ênfase,

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista - SP, ab.diniz@unesp.br;

<sup>2</sup> Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista - SP, cinthia.magda@unesp.br

apesar de essencial para a formação de professores, atualmente é deficitária, visto que diversos professores se sentem despreparados para realizar a inclusão de alunos com necessidades especiais em sua sala, acuados pela perspectiva de que só seja possível atendê-los em um atendimento individualizado (MANTOAN, 2003).

Esse cenário desenvolve um tipo de dicotomia entre o atendimento individual, voltado para acolher apenas um aluno por vez, e a educação inclusiva, que busca inserir o aluno com necessidades especiais à sala de aula, gerando a sensação de que o professor formado apenas pela licenciatura é incapaz de atuar com a educação especial.

Essa divisão perpetua a ideia de que o ensino de alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem exige conhecimentos e experiência que não estão à altura dos professores regulares. Há mesmo um exagero em tudo o que se relaciona à educação especial, que desqualifica o ensino regular e os professores que não terem a habilidade de ensinar essa clientela. Temos, então, de recuperar, urgentemente, a confiança que os professores do ensino regular perderam de saber ensinar todos os alunos, sem exceção, por entenderem que não há alunos que aprendem diferente, mas diferentemente (MANTOAN, 2003, p. 10).

Diante dessa questão, essa modalidade de PIBID visa suprimir essa dicotomia, propiciando que o estudante tenha contato tanto com o atendimento individualizado quanto com a inclusão em sala de aula. Nesse contexto, o presente relato busca apresentar as experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do projeto, atendendo dois estudantes em duas diferentes perspectivas: uma estudante de uma escola estadual de ensino médio da região, a qual chamaremos de *Aluna 1*, e estudante um dos anos iniciais do ensino fundamental, que chamaremos de *Aluno 2*.

## **METODOLOGIA**

O programa foi dividido em duas etapas, ambas com atendimentos semanais: uma era realizada na escola com a *Aluna 1* e a outra era realizada no campus da Unesp com o *Aluno 2*. Essa separação tem o intuito de suprimir a dicotomia apontada por Mantoan (s.d.), dado que na escola o discente terá a oportunidade de trabalhar com a inclusão na sala de aula, além de se habituar com as questões internas vivenciadas na instituição escolar, enquanto na Unesp, será possível montar um atendimento individualizado, considerando apenas a necessidade exclusiva de cada aluno.

Para a realização do trabalho na escola, iniciamos com algumas semanas de observação, não somente do aluno, mas de toda a classe, em horário de aula, onde

conhecemos o estudante e seus colegas, interagimos com eles, nos familiarizamos com o ambiente escolar e conhecemos o corpo docente e os demais funcionários da instituição. Nesse momento, fomos convidados a participar das reuniões de conselho de classe, a fim de aprender como são feitas as avaliações e acompanhar o desempenho acadêmico do aluno. Ao fim desse primeiro contato, começamos a desenvolver nossa forma de atendimento e os melhores recursos para cada estudante, considerando sua rotina, características e realidade.

Durante a observação, foi possível notar que a *Aluna 1* não era alfabetizada, apenas copista, ou seja, conseguia copiar textos prontos com caligrafia regular e bem elaborada, entretanto era incapaz de ler o que estava escrito e formar sílabas por conta própria. Também era perceptível que ela conhecia o desenho das letras do alfabeto, mas não conseguia associá-la a fonemas, apenas a palavras específicas, por exemplo: s de sapo ou r de rato, além de ter dificuldades de recordação, principalmente por esquecer frases que ela mesma falou a poucos momentos. Todavia, a estudante nunca fez nenhum acompanhamento profissional para diagnosticar quais as motivações desse transtorno de aprendizagem.

Por conta da faixa etária e da realidade da estudante, foi selecionado o método das palavras geradoras, desenvolvido por Paulo Freire, uma metodologia ativa, dialogal e crítica. Sob essa perspectiva, todos os atendimentos se iniciam com conversas cotidianas, sobre o dia a dia, as aulas e outros assuntos que possam surgir, sempre priorizando o aspecto crítico dos fatos, e, a partir disso, são selecionadas algumas palavras com fonemas mais simples. Nós trabalhamos essas palavras e sons através de jogos, atividades online com apoio do computador e um material inspirado em um flanelógrafo com letras confeccionado para que ela forme as palavras sozinha. Através dessas técnicas, caminhamos para que ela pudesse atingir o objetivo principal que é a alfabetização, começando pela associação de letras e sílabas aos seus respectivos fonemas.

Os atendimentos na Unesp eram realizados em um prédio vinculado a um projeto de extensão, que recebia pessoas com necessidades especiais de toda a região de Presidente Prudente. Essa etapa do projeto se iniciou com uma entrevista com a família do aluno, onde conhecemos um pouco mais sobre a realidade dele, seu histórico educacional, seus diagnósticos, objetivos o que mais fosse possível, além de fazer uma entrevista com o próprio aluno, a fim de descobrir seus gostos, focos e quais seriam as melhores formas de desenvolver as suas habilidades. Nesse momento, já foi possível notar que o *Aluno 2* possui *hiperfoco* em meios de transporte que voam, sobretudo aviões e paraquedas.

Os diagnósticos apresentados foram de TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) e TOD (Transtorno Opositivo

Desafiador). Devido a isto, o principal objetivo da família é a alfabetização, visto que ele tem certa dificuldade em construir palavras, sobretudo no papel.

Desde o início dos atendimentos, foi perceptível que ele gosta de confeccionar seus próprios brinquedos, com qualquer material que encontre: um papel de presente e um barbante viram paraquedas, rolinhos de papel viram aviões, garrafas viram foguetes. Diante desse contexto, é inegável que sua criatividade e habilidades motoras são muito bem desenvolvidas.

Dado as circunstâncias, começamos os atendimentos com atividades simples, sempre ilustradas, com temáticas semelhantes ao *hiperfoco* do aluno e, em virtude das suas dificuldades em concentrar-se, fizemos a adaptação de um cronômetro pomodoro, onde alternamos a realização de atividades com confecções de brinquedos, práticas lúdicas, jogos e caminhadas ao ar livre pelo campus. Ademais, elaboramos um material em formato de aeroporto onde ele pode montar palavras com letras em formato de avião.

Ao longo da realização do projeto, foram feitas reuniões quinzenais com a participação do coordenador do programa e da equipe do projeto, onde além de acompanharem o desenvolvimento do nosso trabalho, também eram realizadas oficinas teóricas e práticas de capacitação para os bolsistas e outros alunos voluntários que fazem parte do projeto, voltadas para questões pouco abordadas na graduação, como a confecção de materiais de atendimento, diferentes metodologias, conhecer alguns transtornos, entre outras.

## **A FORMAÇÃO DOCENTE E O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A discussão sobre a formação docente no contexto da educação inclusiva é essencial para compreender os desafios e avanços na construção de um ensino verdadeiramente acessível. No Brasil, a formação inicial de professores ainda apresenta lacunas significativas no que tange à preparação para a educação inclusiva. Isso reforça a percepção de que o professor está despreparado para atuar em contextos onde a diversidade exige uma maior sensibilidade, perpetuando um sistema excludente e pouco eficaz na promoção da equidade educacional.

Conforme aponta Mantoan (2001, p. 17),

A maior desculpa para justificar o estado atual da maioria das nossas escolas é o despreparo do professor. Já sabemos que este é um motivo que pesa muito, mas não é suficiente para explicar o que acontece realmente com o ensino, nas escolas

públicas e particulares, tão distantes ainda do que é uma instituição educacional inclusiva.

Essa afirmação destaca que a responsabilidade pelo fracasso da inclusão escolar não pode ser atribuída apenas à formação docente, mas também à estrutura da escola, às políticas educacionais e às concepções enraizadas sobre deficiência e ensino.

Dessa forma, a formação docente deve ir além do aspecto técnico, promovendo uma mudança na concepção de ensino e aprendizagem. O professor não deve ser um mero transmissor de conhecimentos, mas um mediador que compreenda as potencialidades de cada estudante, independentemente de suas dificuldades ou deficiências. A prática pedagógica deve estar alicerçada na compreensão das singularidades dos alunos e na busca por estratégias que favoreçam seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é fundamental que os cursos de formação docente incluam disciplinas e práticas voltadas para a educação especial e inclusiva, abordando metodologias ativas e flexíveis que permitam o aprendizado dentro das possibilidades de cada estudante.

A inclusão não requer um ensino específico para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade dos alunos. Eles aprendem até o limite a que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera as possibilidades de desenvolvimento de cada um e as explora por si mesmo, na medida de seus interesses, necessidades, competências, habilidades, ao resolver um problema ou realizar uma tarefa (Mantoan, 2001, p. 18).

Essa visão reforça a necessidade de uma educação que valorize a individualidade do estudante e promova seu progresso sem limitar suas experiências escolares a padrões fixos de ensino. Para tanto, é necessário que a escola se adapte ao aluno e não o contrário, reconhecendo a importância de uma prática pedagógica flexível e humanizada.

Portanto, investir na formação docente é um dos caminhos mais eficazes para garantir a implementação da educação inclusiva. Isso significa ampliar o acesso dos professores a formações continuadas, capacitações e experiências práticas que os preparem para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Um ensino de qualidade, que considere as potencialidades dos alunos e favoreça sua autonomia, é essencial para que a inclusão escolar se torne uma realidade concreta e eficiente no sistema educacional brasileiro.

## **A IMPORTÂNCIA DO PIBID PARA A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL**

É imensurável a importância do PIBID na formação de docentes em geral, independente da área ou faixa etária de atuação. O programa além de estimular os discentes de cursos de licenciatura a não saírem do campo educacional, ainda fomenta a permanência estudantil nas universidades, uma vez que oferece bolsas com uma carga horária acessível tanto para cursos de um período quanto para os integrais, possibilitando ainda que o estudante possa ter vínculo empregatício e receber a bolsa concomitantemente. Dessa forma, esta é uma ação que de fato busca suprir os desafios da graduação e da profissão.

Sob outra ótica, a ênfase na educação especial é essencial, uma vez que essa seja uma necessidade cada vez mais presente na realidade das escolas e pouco abordado no currículo formal da graduação em pedagogia. É imprescindível que os educadores tenham capacidade de educar a todos, ainda mais quando consideramos que o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) estima que existam 23 milhões de pessoas com deficiência no Brasil em 2022. Nesse sentido, a ênfase em necessidades especiais, tanto físicas quanto cognitivas, deveria ser mais presente na formação de docentes, por isso, este projeto visa qualificar os futuros profissionais da área.

“Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis” (MANTOAN, 2003, p. 43). Nesse sentido, é preciso iniciar toda uma reestruturação do modelo de ensino predominante, construindo novos conceitos e objetivos, considerando o aluno como sujeito principal do processo educativo, para que seja possível mudar o cenário atual, marcado pela exclusão, e, dessa forma, promover uma educação inclusiva. Portanto, esse projeto tem contribuído imensamente para a ressignificação citada pela autora.

Por fim, é imprescindível ressaltar a importância da educação especial e inclusiva na vida de um aluno. Uma abordagem significativa pode ser extremamente impactante e capaz de mudar a vida tanto do estudante quanto de sua família, possibilitando a autonomia do indivíduo, sua inserção social e o desenvolvimento de suas habilidades, buscando sempre oferecer o melhor cenário possível para eles. De acordo com Paulo Freire (1996), a emancipação é a superação dos condicionamentos históricos que levam o indivíduo à opressão. Sendo assim, o professor é um sujeito essencial para transformar a realidade destas pessoas, socialmente oprimidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das experiências relatadas, é possível evidenciar os impactos positivos que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) exerce tanto na formação inicial de professores quanto na qualidade da educação pública brasileira. Ao proporcionar aos licenciandos a oportunidade de interagir diretamente com o ambiente escolar e com alunos que apresentam necessidades específicas, o programa desempenha um papel fundamental na ampliação das práticas pedagógicas inclusivas e na ressignificação do papel docente diante dos desafios contemporâneos da educação.

No contexto da educação especial, o PIBID se configura como uma ação essencial para a superação da dicotomia entre atendimento individualizado e inclusão escolar, permitindo que os bolsistas vivenciem ambas as abordagens e compreendam a complexidade das demandas educacionais. A experiência adquirida no acompanhamento dos alunos atendidos demonstra que a formação docente necessita ir além dos conteúdos teóricos, incorporando vivências práticas que possibilitem a construção de estratégias de ensino mais eficazes e inclusivas.

Ademais, ao considerar a defasagem da educação especial nos currículos da formação inicial, percebe-se a relevância do programa para suprir essa lacuna e oferecer aos futuros docentes um repertório pedagógico mais abrangente. A formação continuada por meio de reuniões, oficinas teóricas e práticas contribui para o fortalecimento da confiança do professor em sua capacidade de atender alunos com diferentes perfis e necessidades, desmistificando a ideia de que a educação especial é um campo exclusivo de especialistas.

Além disso, a interação entre universidade e escola pública favorece um diálogo enriquecedor, no qual os bolsistas não apenas aprendem com a realidade escolar, mas também contribuem com novas perspectivas e metodologias para o cotidiano docente. Essa troca de experiências fortalece o compromisso dos futuros professores com uma educação mais equitativa e inclusiva, preparando-os para atuar em contextos diversos e desafiadores.

Dessa forma, o PIBID se configura como uma estratégia indispensável para a valorização da docência e para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Seu impacto transcende a formação dos licenciandos, alcançando os estudantes atendidos e a própria dinâmica escolar. A continuidade e o fortalecimento desse programa são fundamentais para que a educação especial e inclusiva seja cada vez mais integrada às práticas pedagógicas regulares, contribuindo para a construção de uma escola verdadeiramente acessível a todos os alunos.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem 18 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 04 out. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. s.d.. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos\\_alunos/doc\\_1441311060.pdf](https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1441311060.pdf). Acesso em 10 jan. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 1ª edição. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo: Moderna, v. 107, 2001.